



PREVIDÊNCIA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO

9º Simulado Especial

INSS

Técnico Do Seguro Social

Pré-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso INSS, cargo de **Técnico do Seguro Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/G9gBst5ukNY4es4SA>

01 - C E	16 - C E	31 - C E	46 - C E	61 - C E	76 - C E	91 - C E	106 - C E
02 - C E	17 - C E	32 - C E	47 - C E	62 - C E	77 - C E	92 - C E	107 - C E
03 - C E	18 - C E	33 - C E	48 - C E	63 - C E	78 - C E	93 - C E	108 - C E
04 - C E	19 - C E	34 - C E	49 - C E	64 - C E	79 - C E	94 - C E	109 - C E
05 - C E	20 - C E	35 - C E	50 - C E	65 - C E	80 - C E	95 - C E	110 - C E
06 - C E	21 - C E	36 - C E	51 - C E	66 - C E	81 - C E	96 - C E	111 - C E
07 - C E	22 - C E	37 - C E	52 - C E	67 - C E	82 - C E	97 - C E	112 - C E
08 - C E	23 - C E	38 - C E	53 - C E	68 - C E	83 - C E	98 - C E	113 - C E
09 - C E	24 - C E	39 - C E	54 - C E	69 - C E	84 - C E	99 - C E	114 - C E
10 - C E	25 - C E	40 - C E	55 - C E	70 - C E	85 - C E	100 - C E	115 - C E
11 - C E	26 - C E	41 - C E	56 - C E	71 - C E	86 - C E	101 - C E	116 - C E
12 - C E	27 - C E	42 - C E	57 - C E	72 - C E	87 - C E	102 - C E	117 - C E
13 - C E	28 - C E	43 - C E	58 - C E	73 - C E	88 - C E	103 - C E	118 - C E
14 - C E	29 - C E	44 - C E	59 - C E	74 - C E	89 - C E	104 - C E	119 - C E
15 - C E	30 - C E	45 - C E	60 - C E	75 - C E	90 - C E	105 - C E	120 - C E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/mgcA>

PORTUGUÊS*Luiz Felipe***TEXTO: Na era WhatsApp, e-mail ainda é o queridinho no mundo digital**

Há pouco mais de meio século, em 1971, o primeiro e-mail era enviado. O cenário era outro, a internet ainda não existia, e a mensagem era enviada por meio de uma rede limitada a poucos computadores, chamada “Arpanet”. De lá para cá, muita coisa mudou. A tecnologia evoluiu, a internet – como conhecemos hoje – surgiu e, com os avanços, novas formas de comunicação ainda mais instantâneas também foram desenvolvidas. E, por algum momento, houve quem pensasse que o e-mail morreria ou perderia relevância ao competir com a rapidez e facilidade das mensagens instantâneas. A realidade, porém, é outra. Mesmo diante da popularidade dos aplicativos de comunicação, o e-mail continua tendo um papel central na comunicação digital. Com mais de 4,3 bilhões de usuários no mundo – conforme a Statista, plataforma online especializada em coleta e visualização de dados –, ele segue à frente de redes sociais e aplicativos de mensagens.

No ambiente corporativo, o e-mail tem papel de destaque, sendo uma ferramenta fundamental de trabalho. “É uma forma de comunicação assertiva. Hoje, por exemplo, você vai a uma reunião, tem uma discussão e cada um sai com suas tarefas definidas, mas não há um registro daquilo. Sinto falta disso e sempre sugiro que o e-mail corporativo seja utilizado para esse objetivo e também para reafirmar o que foi deliberado, porque hoje, em outras ferramentas, você perde as informações com muita facilidade. Tem gente que deixa a funcionalidade de mensagens temporárias ativadas, e o que foi comunicado some”, afirma a mentora de carreiras e resultados Leila Said. “O registro por e-mail, por outro lado, gera memória para a empresa. Hoje fizemos questão de pôr dados, e isso também é feito por meio das mensagens”, acrescenta.

A especialista também pontua outras características que corroboram a importância do uso do e-mail, como as possibilidades de formatação, a capacidade de incluir textos maiores e até mesmo uma segmentação mais facilitada. “É interessante também porque você tem um espaço para conversar e pode segmentar melhor pelo

público, clientes e colaboradores. Você sabe quantificar melhor a informação”, afirma. (...)

MALTA, Jéssica. Na era WhatsApp, e-mail ainda é o queridinho no mundo digital. *O Tempo*. 01 out. 2024.

1. O texto afirma que o e-mail perdeu importância nos últimos anos devido ao avanço dos aplicativos de mensagens instantâneas, tornando-se obsoleto no contexto digital atual.
2. Segundo dados da plataforma Statista mencionados no texto, o número de usuários de e-mail no mundo ultrapassa 4 bilhões, superando outras ferramentas digitais de comunicação.
3. O texto argumenta que a principal vantagem do e-mail em ambientes corporativos é a possibilidade de enviar mensagens rápidas e temporárias.
4. No contexto apresentado, o e-mail é valorizado por permitir o registro formal de decisões e tarefas, sendo útil principalmente após reuniões corporativas.
5. A menção à ativação de mensagens temporárias em aplicativos de comunicação serve, no texto, como crítica à fragilidade do armazenamento de informações nessas plataformas.
6. A estrutura argumentativa do texto está centrada na defesa do uso exclusivo do e-mail como ferramenta de comunicação digital, em detrimento de outros meios.
7. A autora recorre ao uso de dados estatísticos e a argumentos de autoridade para fundamentar sua tese sobre a importância atual do e-mail.

- 8.** É possível inferir que a permanência do e-mail como ferramenta relevante se deve, entre outros fatores, à sua capacidade de organizar, segmentar e armazenar informações de modo eficiente.
- 9.** A linguagem do texto é predominantemente técnica e impessoal, com vocabulário especializado voltado a profissionais da tecnologia da informação.
- 10.** A estrutura do texto combina elementos expositivos e argumentativos, pois além de apresentar informações históricas e estatísticas, busca defender a continuidade do e-mail como ferramenta relevante.
- 11.** No trecho “De lá para cá, muita coisa mudou”, a expressão destacada atua como elemento coesivo que estabelece relação de causa entre os fatos.
- 12.** No trecho “O e-mail continua tendo um papel central na comunicação digital”, o sujeito da oração é “o e-mail” e o predicado é composto por verbo de ligação e predicativo do sujeito.
- 13.** No trecho “ele segue à frente de redes sociais e aplicativos de mensagens”, o uso do acento indicativo de crase justifica-se pela fusão da preposição exigida pelo verbo “seguir” com o artigo definido feminino que antecede o substantivo “frente”.
- 14.** No trecho “E, por algum momento, houve quem pensasse que o e-mail morreria”, o verbo “houve” está corretamente flexionado no singular, pois trata-se de um verbo impessoal.
- 15.** Em “tem gente que deixa a funcionalidade de mensagens temporárias ativadas”, o pronome “que” introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

Seja a proposição M: Se você pergunta se estou estressado, se eu não estava estressado antes da pergunta, o fico após ela.

Julgue os itens 16, 17 E 18.

16. Se associarmos uma tabela verdade à proposição M, ela possuirá mais de 10 linhas.

17. Seja a proposição R: Se eu não estava estressado antes da pergunta, o fico após ela. A negação da proposição R é dada por “Eu não estava estressado antes da pergunta e não fico após ela”.

18. M é logicamente equivalente a “Você não perguntou se estou estressado e eu não estava estressado antes da pergunta ou fiquei estressado após ela”.

Na faculdade LIVRO ABERTO, há 300 alunos. Verificou-se que 150 estudantes fazem LETRAS; 120, fazem Filosofia; e 50, fazem as duas graduações.

Diante do exposto, julgue os itens 19, 20 e 21.

19. A quantidade de estudantes que não fazem nenhuma das duas graduações é superior a 80

20. A quantidade de maneiras de serem escolhidos dois estudantes dentre aqueles que cursam LETRAS e FILOSOFIA é superior a 1220.

21. Escolhendo-se aleatoriamente um estudante da faculdade, a probabilidade de que ele curse somente Letras é superior a 35%.

22. Considere que, com a aquisição de novos equipamentos, o tempo para se digitalizar uma página, que era de 22 segundos, passou a ser de $[22 - 22 \times P]$ segundos, em que P correspondente à dízima periódica 0,27272727....

Julgue o item seguinte:

Nessa situação, com os novos equipamentos, a digitalização de uma página passou a ser feita em menos de 17 segundos

favorecer um terceiro, o servidor preferiu não comunicar o fato, justificando que “não denunciaria um amigo para não ser injusto ou causar constrangimento”.

À luz das vedações previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), é correto afirmar que a conduta do servidor não caracteriza infração ética, pois não houve recebimento direto de vantagem financeira e o silêncio diante do erro visou preservar a harmonia entre colegas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

23. Durante a apuração de um incidente administrativo, uma servidora da área de comunicação institucional recebeu determinação verbal de sua chefia para omitir parte de um relatório **técnico** sobre falhas em um sistema de atendimento ao cidadão, sob o argumento de que “a exposição das deficiências prejudicaria a imagem da Administração Pública e seria inconveniente politicamente”.

A servidora, ao avaliar a situação, decidiu incluir integralmente os dados no relatório, justificando que o dever de verdade e a transparência são elementos indissociáveis da moralidade pública.

Com base nas Regras Deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), a conduta da servidora é eticamente correta, pois a publicidade e o dever de verdade são requisitos de moralidade e eficácia do ato administrativo, sendo sua omissão falta grave contra o bem comum.

24. Durante processo de apuração interna, verificou-se que um servidor, responsável por autorizações de funcionamento comercial, utilizava sua posição para “agilizar” a liberação de documentos de empresários com quem mantinha amizade pessoal.

Além disso, ao tomar conhecimento de que um colega alteraram um relatório técnico para

25. Durante sindicância administrativa, uma Comissão de Ética instituída em uma autarquia federal analisou denúncia contra um servidor contratado temporariamente, acusado de utilizar informações internas para beneficiar empresa particular.

Após a apuração, a Comissão elaborou parecer unânime aplicando pena de censura, e comunicou a decisão ao órgão de pessoal para registro funcional, informando que o servidor não possuía vínculo efetivo, mas prestava serviços temporários.

O dirigente da autarquia questionou se a Comissão teria competência para atuar sobre contratados não efetivos e se a censura poderia repercutir em futuras promoções.

Com base nas disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), é correto afirmar que a pena de censura é meramente simbólica e não produz efeitos funcionais, não podendo constar de registros funcionais nem influenciar promoções.

26. O Decreto nº 6.029/2007 instituiu o **Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal**, estabelecendo diretrizes para a coordenação, integração e incentivo às práticas de integridade pública.

A **Comissão de Ética Pública – CEP** é o órgão central do Sistema e deve ser composta por sete membros de reputação ilibada e idoneidade moral, designados pelo Presidente da República, para mandatos de três anos, permitida uma única recondução.

27. Durante a apuração de denúncia contra servidor ocupante de cargo em comissão, a **Comissão de Ética** de um ministério federal instaurou, de ofício, processo investigativo para apurar possível uso indevido de informações privilegiadas.

No curso da instrução, o servidor foi regularmente notificado para apresentar defesa escrita e, após a manifestação, novos documentos foram juntados aos autos.

A Comissão, antes de concluir o processo, manteve os autos sob caráter “reservado”.

Encerrada a investigação, foi constatada falta ética grave, sendo sugerida a exoneração do servidor, com encaminhamento do processo à Controladoria-Geral da União para análise de eventual transgressão disciplinar.

Com base **exclusivamente no Decreto nº 6.029/2007**, é correto afirmar que a inclusão de novos elementos de prova após a defesa inviabiliza o processo, por violação ao princípio da ampla defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base o regramento legal sobre o processo e os atos administrativos e sobre os princípios da Administração Pública, analise os itens a seguir.

28. Os entes públicos têm o dever de realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, necessariamente na forma prevista em lei complementar.

29. A presunção de legitimidade e legalidade dos atos administrativos é o atributo que impede a prática de atos inominados ou não tipificados em lei.

30. Devem ser obrigatoriamente motivados, com indicação dos pressupostos de fato e de direito, os atos administrativos que decorram de reexame de ofício.

31. Os processos de que resultem sanções administrativas poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, sendo que as sanções, de natureza pecuniária ou que constituam em obrigação de fazer ou de não fazer, não poderão ser agravadas pela revisão do processo.

Tomando por base o regramento legal sobre os servidores públicos e a responsabilidade civil do Estado, analise os itens a seguir.

32. Segundo a teoria do risco administrativo, o Estado poderá responder por danos causados por seus agentes mesmo que não exista a individualização do agente causador do dano, desde que fique comprovado que a Administração Pública agiu com culpa.

33. A penalidade de advertência aplicada a servidor público federal terá seu registro cancelado após o decurso de 2 anos se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

34. O servidor responderá na esfera criminal em razão de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

35. Atender com presteza ao público em geral, sempre prestando todas as informações requeridas, representa um dos deveres legais do servidor público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir:

36. São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquirirem a nacionalidade brasileira, exigindo-se dos originários dos países de língua portuguesa apenas um ano de residência ininterrupta e idoneidade moral.

37. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise

38. Em visitas sociais nos presídios ou estabelecimentos de segregação é inadmissível a revista íntima vexatória com o desnudamento de visitantes ou exames invasivos com finalidade de causar humilhação.

Sobre a seguridade social e a administração pública, julgue os itens:

39. A pessoa jurídica, mesmo em débito com o sistema da seguridade social, pode contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

40. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

41. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

42. O Poder Judiciário pode controlar o ato administrativo de heteroidentificação de candidatos que concorrem às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas em concurso público, para garantia de contraditório e ampla defesa.

43. Admite-se, excepcionalmente, a vinculação entre remunerações de servidores públicos de carreiras distintas.

INFORMÁTICA

Renato Da Costa

44. O Service Level Agreement (SLA) define os níveis mínimos de desempenho e disponibilidade que o provedor de serviços em nuvem deve garantir ao cliente, como tempo de resposta, uptime e suporte técnico.

45. No Windows, um nome de arquivo pode conter os caracteres “\ : * ? < > |” desde que estejam entre aspas.

46. O recurso Validação de Dados do Excel permite restringir a entrada em uma célula a valores específicos, como intervalos numéricos, listas suspensas ou datas válidas.

47. Ao enviar um e-mail utilizando o campo CCO (Cópia de Conhecimento Oculto), os destinatários inseridos nesse campo podem visualizar quem mais recebeu o e-mail.

48. Hijacker é um tipo de antivírus responsável por interceptar e bloquear o acesso a páginas maliciosas no navegador.

49. Os endereços IPv6 são compostos por oito blocos de quatro dígitos hexadecimais separados por dois-pontos, podendo ter grupos de zeros iniciais omitidos e, uma única vez, uma sequência contínua de zeros substituída por “::”.

50. O recurso Referência Cruzada no Microsoft Word permite criar vínculos automáticos entre diferentes partes de um documento, como títulos, figuras e tabelas, atualizando-se automaticamente quando o elemento referenciado é movido ou renumerado.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Rubens Mauricio

51. A Seguridade Social, em sua totalidade, exige contribuição prévia para a fruição de todos os seus serviços e benefícios, dado o seu caráter contributivo obrigatório.

52. A filiação na qualidade de segurado facultativo, por ser um ato volitivo, gera efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento, sendo permitida, contudo, a retroação e o pagamento de contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

53. A inscrição post mortem é admitida para o segurado especial, desde que presentes os pressupostos da filiação, mas é vedada para o segurado contribuinte individual e para o segurado facultativo.

54. O salário de contribuição é, em regra, a base de cálculo utilizada para se calcular o valor da contribuição devida pelo trabalhador, mas para o

segurado especial a base de cálculo é a receita bruta da comercialização de sua produção rural.

55. O limite máximo do salário-de-contribuição é publicado mediante Portaria Interministerial, sempre na mesma época e com os mesmos índices de correção que os do reajuste dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

56. É vedado o recebimento conjunto de remuneração pelo trabalho e salário-família.

57. A aposentadoria por IDADE do trabalhador rural é devida aos segurados especiais quando completarem 55 anos de idade, se mulher, e 60 anos de idade, se homem, exigindo-se a comprovação do pagamento de contribuições pelo período de carência.

58. Para fins de comprovação de união estável e de dependência econômica, exige-se início de prova material contemporânea dos fatos, não sendo admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.

59. Para a concessão de auxílio por incapacidade temporária, é exigido o cumprimento de carência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais.

60. É vedada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência social, mesmo que em situação de afastamento sem vencimento.

61. O segurado que exercer concomitantemente mais de uma atividade remunerada sujeita ao RGP será obrigatoriamente inscrito e filiado em relação a cada uma das atividades que exercer.

- 62.** Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio por incapacidade temporária, as contribuições anteriores à perda somente serão computadas para carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação ao RGPS, com metade do número de contribuições exigidas.
- 63.** No caso de o segurado exercer mais de uma atividade e estiver incapacitado apenas para o exercício de uma delas, o auxílio por incapacidade temporária será concedido em relação à atividade para a qual o segurado estiver incapacitado, considerando-se para carência somente as contribuições relativas a essa atividade.
- 64.** É permitido o recebimento conjunto do auxílio-acidente com qualquer espécie de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pois o auxílio-acidente possui natureza indenizatória.
- 65.** O servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, filia-se ao Regime Geral de Previdência Social na qualidade de segurado empregado.
- 66.** A aposentadoria programada, uma vez cumprido o período de carência exigido, é devida ao segurado que cumprir, cumulativamente, 62 anos de idade, se mulher, e 65 anos de idade, se homem, e, no mínimo, 15 anos de tempo de contribuição para ambos os sexos.
- 67.** No caso de concessão de pensão por morte, será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os inimputáveis.
- 68.** A aposentadoria especial, por tempo de contribuição, é devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e a todos os contribuintes individuais, sendo vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
- 69.** O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao RGPS a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, sendo assegurado o agrupamento de contribuições.
- 70.** Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade fim da empresa, independentemente da natureza e da forma de contratação, exceto quando se tratar de trabalho temporário.
- 71.** A aposentadoria programada, para o segurado empregado, terá a Data de Início do Benefício (DIB) fixada na data do requerimento, caso não haja desligamento do emprego.
- 72.** Em caso de suspensão do benefício de salário-família motivada pela falta de comprovação da frequência escolar, não será devido o salário-família no período entre a suspensão e o seu reativamento, exceto se provada a frequência escolar regular no período.
- 73.** Para o cálculo do salário-de-benefício, o valor não será inferior ao de um salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição, na data de início do benefício.

- 74.** A aposentadoria por incapacidade permanente, se decorrente de acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho, terá a renda mensal inicial calculada em 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- 75.** O prazo para interposição de recurso ao Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) das decisões proferidas pelo INSS é de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão.
- 76.** O salário-maternidade, para as seguradas contribuinte individual e facultativa, independe de carência para sua concessão.
- 77.** Para o segurado contribuinte individual que optar pelo plano simplificado de inclusão previdenciária, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário-de-contribuição será de 5% (cinco por cento), inclusive na condição de Microempreendedor Individual - MEI.
- 78.** O direito do INSS de anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- 79.** O prazo decadencial para todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício é de 10 (dez) anos.
- 80.** Para o cálculo da renda mensal bruta familiar para fins de concessão do BPC, é vedado o cômputo de rendimentos decorrentes de contrato de aprendizagem ou de estágio supervisionado.
- 81.** O Benefício de Prestação Continuada (BPC) será revisto a cada 5 (cinco) anos para avaliação da continuidade das condições que ensejaram sua concessão ou manutenção.
- 82.** O Benefício de Prestação Continuada (BPC) não será devido à pessoa com deficiência caso ela passe a exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual (MEI), sendo o benefício imediatamente cessado.
- 83.** O Auxílio-Inclusão será devido a partir da data do requerimento e o seu valor corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em vigor.
- 84.** O valor do Auxílio-Inclusão não poderá ser acumulado com prestações a título de aposentadoria, de pensões ou de benefícios por incapacidade pagos por qualquer regime de previdência social.
- 85.** É vedada a acumulação da Pensão Especial da Talidomida com qualquer benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou ao qual a pessoa possa vir a filiar-se, em razão de sua natureza indenizatória.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Lilian Novakoski

Sobre a Seguridade Social, julgue:

- 86.** A Seguridade Social compreende apenas as ações relativas à Previdência Social e à Assistência Social.
- 87.** A universalidade da cobertura e do atendimento é um dos princípios constitucionais da Seguridade Social, o que permite a concessão de benefícios previdenciários a todas as pessoas, independente de contribuição.
- 88.** A Previdência Social tem caráter contributivo e filiação obrigatória.

89. A Assistência Social é prestada apenas aos segurados que contribuírem regularmente para o sistema.

Sobre os beneficiários do RGPS, julgue as assertivas:

90. O trabalhador avulso, aquele que sindicalizado ou não, preste serviço de natureza urbana ou rural a diversas empresas, ou equiparados, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra ou sindicato, é considerado segurado obrigatório do RGPS.

91. Julia é empregada em uma empresa multinacional e também estudante de administração, no período noturno, e deseja realizar uma contribuição extra para o INSS e no futuro ter uma melhor aposentadoria. Neste caso, poderá contribuir como segurado facultativo, pois este pode contribuir mesmo exercendo atividade remunerada.

92. Márcia, brasileira, trabalha para uma missão diplomática em São Paulo. Nesta situação, Márcia estará excluída do RGPS se amparada pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática.

93. O empregado doméstico é segurado obrigatório e responsável por recolher a sua contribuição social.

94. Maria e João foram casados por 30 anos e decidiram se divorciar. Como Maria nunca estudou e dependia financeiramente do marido, ficou estipulado no divórcio que João deve pagar pensão alimentícia de forma vitalícia para Maria. Nesta situação, caso João venha falecer, Maria faz jus a pensão por morte.

95. Luciana tem 18 anos e casará com Marcio de 23 anos. Luciana vive com seus pais, segurados do RGPS. Ao casar, Luciana deixará de ser dependente, para fins previdenciários, dos seus pais.

Sobre filiação e inscrição, carência e manutenção da qualidade de segurado, julgue:

96. A perda da qualidade de segurado impede o cômputo do tempo de contribuição anterior para nova aposentadoria.

97. Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.

98. Ocorre a perda da qualidade de dependente para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos.

99. Os filhos e equiparados perdem a qualidade de dependentes ao completarem 21 anos de idade, salvo se forem universitários.

100. O auxílio por incapacidade temporária exige carência de 12 contribuições mensais, salvo em casos de acidente ou doenças especificadas em lei.

101. O salário-maternidade é devido à segurada empregada independentemente de carência.

102. A pensão por morte independe de carência e é devida aos dependentes do segurado falecido, no entanto, se exige do cônjuge sobrevivente deve comprovar 2 anos de casamento para ter direito ao benefício.

103. A carência mínima para aposentadoria programada é de 180 contribuições mensais.

Sobre os benefícios previdenciários, julgue as assertivas seguintes:

104. O auxílio-acidente tem natureza indenizatória e pode ser acumulado com qualquer aposentadoria.

105. O salário-família é devido a todos os segurados com filhos menores de 21 anos.

106. O cônjuge perde o direito à pensão se casar novamente.

107. O aposentado por invalidez deve se submeter à perícia médica a cada 2 anos.

108. Josefa, 57 anos, completou 30 anos de contribuição no ano de 2024 e pretende pleitear a aposentadoria por tempo de contribuição. Ao buscar atendimento e orientação no INSS, foi informada que a aposentadoria por tempo de contribuição foi extinta pela EC 103/2019 e ninguém mais tem direito ao benefício. Nesta situação, a orientação do INSS está equivocada ao afirmar que ninguém mais tem direito ao benefício, pois poderá ser concedida em caso de direito adquirido ou nas hipóteses das regras de transição.

109. Lucila completou 62 anos em 2025 e deseja se aposentar. Nesta situação, é possível, pois as mulheres poderão requerer a aposentadoria programada após, cumprida a carência exigida, completarem 62 anos de idade e 15 anos de tempo de contribuição.

110. Marta é produtora rural, atua na pecuária e conta com João para cuidar do gado e administrar a propriedade rural. Nesta situação, ao completar 55 anos de idade, Marta terá direito a aposentadoria.

Sobre as disposições da LOAS e Benefícios previstos na legislação, julgue:

111. A assistência social tem por objetivos, dentre outros, a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

112. O BPC é um benefício previdenciário que exige contribuição mínima.

113. O benefício previdenciário da pensão por morte pode ser acumulado com o BPC devido a pessoa idosa.

114. Os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens, bem como os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem, não serão computados para fins de cálculo da renda familiar per capita para concessão do BPC.

Sobre o Custeio da Seguridade Social, julgue:

115. As fontes de custeio da Seguridade Social incluem apenas contribuições dos segurados.

116. Integra a base de cálculo do salário de contribuição do empregado as férias indenizadas, o adicional de férias previsto na Constituição Federal e as gorjetas.

117. As contribuições sociais do empregador sobre a folha de salários, a receita ou o faturamento, não poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica.

118. A contribuição do segurado empregado, do empregado doméstico, e do trabalhador avulso corresponde a 7,5% quando receber até um salário-mínimo a título de remuneração e a contribuição do contribuinte individual, em regra, corresponde a 20% do valor que auferir de renda durante o mês.

Sobre disposições da legislação previdenciária, julgue:

119. O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

120. Nos termos da lei federal que regula as prestações previdenciárias, o Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de várias situações, exceto o seguro desemprego que, apesar de ser risco coberto pela previdência, é regulado por lei especial.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>